

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL
CAMPUS DE PATOS-PB
CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA**

MONOGRAFIA

Assentamento Patativa do Assaré: da ocupação à evasão

JOSÉ DÊVEDE DA SILVA

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE

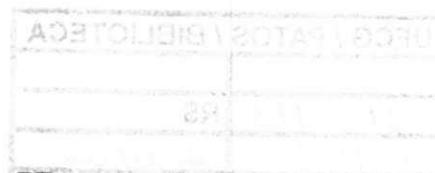
**CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL
CAMPUS DE PATOS-PB
CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA**

MONOGRAFIA

Assentamento Patativa do Assaré: da ocupação à evasão

**José Dêvede da Silva
(Graduando)**

**Prof^ª. Dr^ª. Sônia Correia Assis da Nóbrega
(Orientadora)**

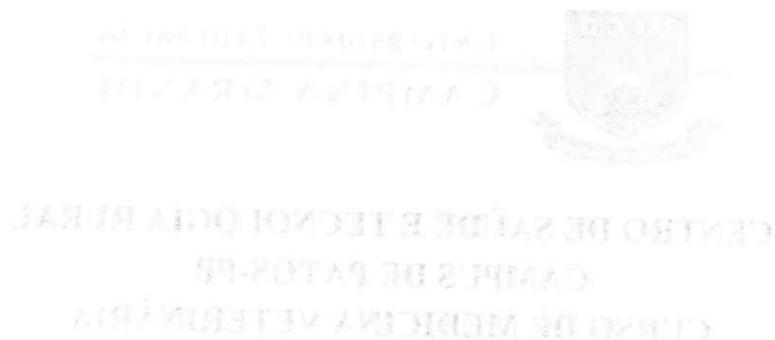


**Patos – PB
Agosto/2013**



Biblioteca Setorial do CDSA. Junho de 2022.

Sumé - PB



MOFODCRATIA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO CSTR

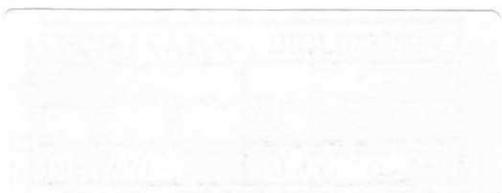
S586a Silva, José Dêvede da
Assentamento Patativa do Assaré: da ocupação à evasão/ José Dêvede da Silva. – Patos, 2013.
40 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Medicina Veterinária) -
Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Saúde e Tecnologia Rural.

“Orientação: Profa. Dra. Sônia Correia Assis da Nóbrega”
Referências.

1. Reforma agrária. 2. Evasão. 3. Assentamentos rurais.
4. Medicina Preventiva I. Título.

CDU 619:614



Agosto 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL
CAMPUS DE PATOS – PB
CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA**

**JOSÉ DÊVEDE DA SILVA
(Graduando)**

Monografia submetida ao Curso de Medicina Veterinária como requisito parcial para obtenção do grau de Médico Veterinário.

ENTREGUE EM /..... /.....

MÉDIA: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Sônia Correia Assis da Nóbrega
Orientadora

NOTA

Prof. Dr. Edisio Oliveira Azevedo
Examinador I

NOTA



Agron. Eduardo Augusto Freire Rabay
Examinador II

NOTA

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Pe. Bonfim Jaime de Matos e Verônica Gomes da Silva, que nunca mediram esforços para que meus objetivos fossem alcançados.

À minha segunda mãe professora Sônia Correia, que sempre me incentivou nos momentos conturbados da vida acadêmica.

À minha futura esposa, Demmya Harrysan Menezes Melo pela paciência, amor e compreensão.

Amo vocês!!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado sabedoria para chegar até aqui.

Aos meus Pais, Pe. Jaime e Verônica, que nunca mediram esforços para que eu alcançasse meus objetivos.

As minhas irmãs, Graças e Cleudiana, que sempre me incentivaram.

Aos meus familiares e amigos que sempre estiveram comigo nessa luta, em especial ao Pe. Evandro pela sua amizade e orações.

A minha namorada, Demmya Haryssam pela sua paciência e, sobretudo, pelo seu amor e carinho em todos os momentos.

Agradeço a professora e mãe Sônia Correia, pelo apoio, amizade que teve comigo ao longo desta caminhada, nunca lhe esquecerei.

Ao professor Edisio, que muito me ajudou nessa caminhada.

Sobretudo aos profs. Edisio e Sônia Correia, agradeço pela paciência e por me orientar a ser protagonista e não apenas orientando.

Agradecer em especial aos meus amigos queridos Silvano e sua companheira Wigna que fiz aqui em Patos, são minha segunda família.

Aos companheiros do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Agroecologia de Patos – NEPA, Rodrigo (Casserengue), Alexandre (Pajé), Francisco Giovânio (Foguinho), Raissa Moraes, Prof. Carlos Lima (Carlão) e Rabay pela contribuição decisiva para o desenvolvimento da minha monografia.

A todos os professores do curso de Medicina Veterinária do Centro de Saúde e Tecnologia Rural da Universidade Federal de Campina Grande, pelos conhecimentos compartilhados.

Aos funcionários do CSTR/UFCG, em especial Damião, Tereza, Celinha, Dona Côca e Dona Maria pela gentileza.

A COOPTERA pela ajuda na coleta dos dados do assentamento.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por me ajudar a compreender que faço parte de algo maior que é a luta por uma sociedade melhor, e aos muitos amigos que pensam da mesma forma.

Agradeço as famílias assentadas do Assentamento Patativa do Assaré, de modo especial a Gedeão pela sua amizade e pelas informações fornecidas para realização deste trabalho.

Aos colegas da graduação, especialmente a Thiago Gomes, Jesimiel, Michaell, Claudinho, Lindenberg Meira, Pedro, Fabrine, Erico, Roberto, Orestes, com os quais firmei laços fraternos e que torceram para que meu objetivo fosse alcançado.

Agradeço ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pelo apoio e concessão da bolsa.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para que esta minha caminhada conseguisse atingir os seus objetivos.

SUMÁRIO

	Pag.
LISTA DE TABELAS	
RESUMO	
ABSTRACT	
1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1 Assentamentos rurais e reforma agrária.....	13
2.2 Evasão de famílias assentadas.....	15
3 MATERIAL E MÉTODOS.....	17
3.1 Caracterização da área de estudo.....	17
3.1.1 Caracterização socioeconômica do Assentamento.....	17
3.1.2 Origem das famílias.....	18
3.1.3 Créditos	18
3.1.3.1 Créditos de Instalação/Implantação.....	18
3.1.3.2 Créditos de Investimento.....	20
3.1.4 Educação.....	21
3.1.5 Saúde e saneamento.....	22
4.1.5 Saúde e saneamento.....	22
3.1.6 Cultura e lazer.....	23
3.1.7 Habitação.....	23
3.1.8 Outros programas governamentais e não governamentais.....	24
3.2 Metodologia de coleta dos dados.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
4.1 Razões dos assentados terem deixado o assentamento.....	26
4.2 Razões dos assentados em permanecer nos lotes.....	28
4.3 Razões dos assentados terem deixado ou permanecido no assentamento segundo o olhar da liderança do MST.....	30
5 CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS.....	33
ANEXO 1 – Questionário Sobre Evasão.....	36
ANEXO 2 - Questionário Sobre Permanência.....	37
ANEXO 3 - Questionário Sobre Evasão/Permanência segundo o olhar da liderança do MST.....	38

LISTA DE TABELAS

Pág.

Tabela 1:	Recursos financeiros liberados para as famílias do Assentamento Patativa do Assaré, Patos/PB.....	19
Tabela 2:	Crédito de Instalação.....	19
Tabela 3:	Recursos de investimento financeiro liberados para as famílias do Assentamento Patativa do Assaré, Patos/PB.....	20

RESUMO

SILVA, JOSÉ DÊVEDE. Assentamento Patativa do Assaré: da ocupação à evasão. Patos/PB, UFCG. 2013. 40p. (Trabalho de Conclusão de Curso em Medicina Veterinária).

O presente trabalho analisa as causas de evasão/permanência de agricultores beneficiados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), realizado no Assentamento Patativa do Assaré, localizado no município de Patos/PB. A coleta dos dados ocorreu por meio da aplicação de questionários e entrevistas semiestruturados. O trabalho foi dividido em três grupos, sendo o primeiro constituído por famílias que desistiram do assentamento; o segundo grupo constituído pelas famílias que permanecem no assentamento e o terceiro, constituído por lideranças do MST. As causas de evasão/permanência encontradas foram relacionadas a conflitos internos diretos e indiretos, problemas de saúde na família, da origem não rural e a não adaptação ao PNRA, e a própria limitação do governo federal na execução do Programa. O percentual de evasão encontrados no Assentamento Patativa do Assaré (15%) pode ser considerado baixo, quando comparado com as médias percentuais de evasão em assentamentos nos Estados do Rio Grande do Sul (22%) e Tocantins (70%). Apesar das dificuldades existentes no assentamento os assentados entrevistados não desejam abandonar a terra que receberam da reforma agrária, assim como as famílias que saíram do assentamento manifestaram desejo de voltar para o mesmo ou para outro assentamento, afirmando a importância e necessidade de reforma agrária.

Palavras chave: Reforma Agrária, Evasão, Assentamentos rurais.

ABSTRACT

SILVA, JOSÉ DÊVEDE. *Patativa settlement of Patativa do Assaré: occupation evasion.* Patos/PB, UFCG. In 2013. 37p. (Work Completion Course in Veterinary Medicine).

This paper analyzes the causes of dropout / persistence of farmers benefited by National Program for Agrarian Reform (PNRA), held at the Settlement *Patativa do Assaré*, located in the city of Patos / PB. Data collection occurred through questionnaires and semi-structured interviews. The work was divided into three groups, the first consisting of families who dropped out of the settlement, the second group consists of the families that remain in the settlement and the third consisting of MST leaders. The causes of dropout / stay were related to internal conflicts direct and indirect health problems in the family, and country of origin does not adapt to the PNRA and the very limited federal government in implementing the Program. The percentage of avoidance found in the Settlement *Patativa do Assaré* (15%) can be considered low when compared with the mean percentage of avoidance in settlements in the states of Rio Grande do Sul (22%) and Tocantins (70%). Despite the difficulties in the settlement settlers interviewed did not wish to leave the land they received land reform, as well as families who left the settlement expressed desire to return to the same or to another settlement, stating the importance and need for reform.

KEY-WORDS: Land Reform, Evasion, Rural Settlements.

1 INTRODUÇÃO

O processo de ocupação do espaço geográfico brasileiro através da distribuição de extensas áreas de terras a estrangeiros pode ser considerado o primeiro passo para a concentração de terras no país. Esse fenômeno trouxe inúmeras consequências para a população local e para os demais habitantes que aqui se instalaram a serviço da elite dominante. A partir daí conflitos agrários contrários a tal política de ocupação foram fazendo parte da realidade nacional.

A reforma agrária passou a ser considerada uma via necessária para o enfrentamento da questão, embora também eivada de conflitos e de percepções as mais variadas sobre sua viabilidade ou meio eficaz de se fazer “justiça”. A implantação de assentamentos rurais no Brasil tem sido uma estratégia governamental adotada para a resolução do problema, mas, na maioria das vezes, fruto de intensas lutas travadas entre trabalhadores rurais, grandes latifundiários e Estado.

Os estudos sobre a eficácia da reforma agrária apontam ser ela responsável pela geração de emprego, redução do êxodo rural, aumento da oferta de alimentos de qualidade, aumento do nível de renda, combate à insegurança alimentar e, sobretudo, sua capacidade de conferir dignidade às famílias do campo. Ela é muito discutida no âmbito da assistência técnica, desenvolvimento sustentável, conflitos fundiários e os processos históricos de luta pela terra. No entanto estudos sobre a evasão ou permanência de agricultores assentados são escassos.

No Estado da Paraíba de 1986 até 2011 foram criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 287 Projetos de Reforma Agrária (MDA/INCRA, 2013). No entanto, após a conquista da terra muitas famílias, por diversos motivos, acabam abandonando/desistindo dos seus lotes, enquanto outras se firmam na terra tornando-a próspera e produtiva. As razões e a dimensão dos índices de evasão ainda não foram quantificados.

Este trabalho é parte integrante de diversas ações desenvolvidas pelo Núcleo de Extensão e Pesquisa em Agroecologia de Patos – NEPA-PATOS do Edital MDA/SAF/CNPQ Nº 58/2010, em que o autor era bolsista, e pela Unidade Acadêmica de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Essa parceria tem sido importante para a sistematização das discussões e construção de propostas que

fortaleçam a sustentabilidade dos agroecossistemas, comunidades e assentamentos rurais. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo geral colaborar com esta temática através da análise das causas de evasão e da permanência das famílias residentes no assentamento Patativa do Assaré/Patos - PB através do agrupamento de informações que possam ser atribuídas como as principais causas de abandono/desistência dos assentados, assim como entender os motivos que levaram a permanecerem nos lotes.

Especificamente, buscou-se identificar e caracterizar a evasão no assentamento; refletir sobre o acesso a disponibilidade de crédito; avaliar a participação dos agricultores no processo de conquista da terra e identificar a origem das famílias assentadas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Assentamentos rurais e reforma agrária

Há três conceitos de reforma agrária que se confundem e que, portanto, geram entendimentos diferenciados. O primeiro deles é o conceito Clássico de reforma agrária em que o Estado, por meio de sua legislação, em nome da sociedade, promove a distribuição de todas as grandes propriedades de terra. O segundo tem como base distribuir localizadamente, lotes de terra, mas apenas para aquelas famílias organizadas que pressionam o governo e geram conflito social. E o terceiro é da Colonização, neste caso o Estado distribui partes de terras públicas ainda inexploradas, de propriedade do Estado para serem ocupados por famílias de colonos. No caso do Brasil a política de colonização está distante de um processo de um processo de reforma agrária, pois a reforma agrária necessariamente tem a ver com a democratização da terra (MST, 2003).

O debate sobre a questão agrária brasileira é historicamente recente, uma vez que a primeira proposta de reforma agrária foi apresentada pela bancada do Partido Comunista Brasileiro na Constituinte de 1946, onde o Senador Luiz Carlos Prestes em seu discurso afirmou que o latifúndio determina o atraso da nossa agricultura.

Na década de 50, foram feitos intensos debates acerca da concentração fundiária, vista como um entrave ao desenvolvimento do setor agrícola por apresentar grandes distorções no campo. Como resposta a este problema, a Reforma Agrária era vista como a solução, visto que, era pré-condição para a expansão da agricultura moderna (ROMEIRO, 1998).

Também a primeira lei de reforma agrária no Brasil só foi aprovada em 1964 e era muito parecida com a lei Áurea, que cessava definitivamente a escravidão, mas não resolvia a situação dos escravos (STEDILE, 2005).

Com o golpe militar de 1964, o debate foi abortado, tornando-se vencedora a tese de Delfim Neto – a da modernização do latifúndio no Brasil (MELLO, 2006). Durante duas décadas o debate sobre a reforma agrária se deu de forma silenciosa, oficiosa em função do regime de repressão até então em vigor. Os debates em torno da questão foram retomados pelos movimentos sociais que ressurgiram com a volta da democracia na década de 1980.

Entre esses movimentos sociais destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fundado em janeiro de 1984 no sul do Brasil, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT. É uma organização social conhecida, principalmente por suas ações de ocupação de terra, prédios públicos e enfrentamento com o governo. São através dessas ações que o MST vem conquistando a terra e um conjunto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais. Dessa forma os sem-terra tem conquistado a cada dia sua dignidade (FERNANDES, 2000).

De acordo com Bergamasco e Norder (1996) assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, gerados pelo surgimento de novas formas de organização, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

A partir dessa realidade, diversas políticas públicas foram implantadas visando regularização, ordenamento e algumas modificações na legislação agrária, as quais incluíram desde a desapropriação de terras ociosas à penetração do capitalismo na agricultura, embora a um custo socioambiental elevado.

Contudo, a política agrária do Estado brasileiro tem-se constituído historicamente numa resposta limitada à luta dos trabalhadores, consistindo basicamente na desapropriação de terras em conflito ou para resolver conflitos. Essas lutas camponesas têm tido como resultado a constituição dos assentamentos rurais, áreas desapropriadas pelo Estado para fins de Reforma Agrária (BENINCÁ et al., 2012).

Essas áreas geralmente correspondem a latifúndios, minifúndios ou áreas devolutas da União. Um dos maiores e principais objetivos da Reforma Agrária é promover o uso adequado da terra, através da justiça social, empregando um elevado número de trabalhadores rurais e aumentando os níveis de produtividade agrícola (ROCHA, 2008).

A elevação desses números e índices passa também pela diminuição dos problemas urbanos que em parte são resultado do processo de êxodo rural. A população urbana tem enfrentado muitas dificuldades nos últimos anos, tais como: habitação precária, desemprego, baixa qualidade de vida entre outras. A agricultura familiar, na qual estão inseridos os assentamentos, tem como função conter o avanço do êxodo rural (LAMARCHE, 1993).

Com o auxílio das políticas públicas, os assentamentos vêm apresentando resultados positivos, tornando-se uma estratégia de integração social, uma vez que possuem potencialidade na geração de empregos e aumento do nível de renda das famílias assentadas (ROMEIRO et al., 1994).

A Região Nordeste concentra o maior número de estabelecimentos de beneficiários da reforma agrária no Brasil (235.255, ou 39%) e a área média dos estabelecimentos de beneficiários da reforma agrária em nível nacional é de 49,3 ha (IBGE, 2009). Também de acordo com o Censo agropecuário 2006 o Estado da Paraíba apresenta 17.196 estabelecimentos de beneficiários da reforma agrária e uma área de 206.170 ha.

2.2 Evasão de famílias assentadas

Considera-se como evasão o abandono, a expulsão e a venda de lote, que equivale à saída do programa de reforma agrária (MELLO, 2006).

Depois do processo de conquista da terra as famílias tem que se adaptar à nova vida. Porém, a adaptação nem sempre é bem sucedida levando à evasão de 20 a 35% das famílias que são assentadas em projetos de reforma agrária e que por muito tempo sonharam e lutaram pela posse da terra (OLIVEIRA, 2007; SAUER e PEREIRA, 2006; ZINGA, 2004; BRUNO E MEDEIROS, 2001).

A evasão de lotes é um fenômeno que desperta a curiosidade dos atores sociais diretamente envolvidos no assunto e que provoca dificuldades razoáveis na operacionalização das políticas públicas em assentamentos, acabando por prejudicar, diretamente, os assentados, pois algumas ações de âmbito coletivo, ou ainda, alguns programas de desenvolvimento rural acabam prejudicados pela constante existência de ocupantes irregulares nos assentamentos (MELLO, 2006).

Foi encontrada uma evasão igual a 22% em um universo de 193 assentamentos do Rio Grande do Sul analisados por Mello (2006). Essas taxas de evasão foram correlacionadas a fatores, como tempo de acesso a linhas de créditos, percentual de lotes com tipos diversos de infraestrutura, qualidade dos solos, tipo de assistência técnica utilizada, executor do assentamento, ano de implantação, tipo de público e região de implantação. Mello (2006) destaca três motivos da evasão nos assentamentos de reforma agrária: 1) a conjuntura familiar (mão de obra insuficiente); 2) as políticas públicas (falta

de incentivo do governo, dívidas bancárias, valor da safra insuficiente); 3) a falta de conhecimento agrícola, somada com razões outras.

Ribeiro et al., (2011) encontraram percentuais de evasão superiores a 70 % em um assentamento do Estado do Tocantins. O mesmo atribuiu o alto índice de evasão aos problemas de infraestrutura e a origem não rural, configurando uma falha no processo de seleção das famílias.

As causas de evasão no Projeto de Reforma Agrária adotado pelo INCRA são reflexos das condições de infraestrutura e problemas vivenciados pelas famílias, que poderiam ser evitados caso o órgão responsável executasse a política de assentamentos rurais, visando, além do acesso a terra, a possibilitar qualidade de vida às famílias beneficiárias (RIBEIRO et al., 2011).

A desistência é vista como um processo comum nos assentamentos de reforma agrária, e que implica num fator de desmoralização das políticas governamentais de desconstrução fundiária (MARQUES et al., 2000; VERA, A.; SANTO, C.; MARQUES, 2002).

Por outro lado, Vera et al. (2002) afirmam que a evasão de assentados decorre principalmente por motivos de conjuntura familiar, agravamento do estado de saúde por causa da velhice, dívida de financiamento, falta de condições hospitalares e de saúde médica, e de uma forma geral por causa da ausência de políticas públicas.

Para Mello (2008) as relações de vizinhança, parentesco e religiosidade diminuem a evasão assim como os casados (16,4%), quando comparados aos solteiros (38,9%), a taxa de evasão é menor. O autor descreve que em lotes de assentamentos no Rio Grande do Sul que sofreram com alagamentos a média de evasão foi em torno de 30%. O mesmo autor descreve uma evasão de 41% associada à alta intensidade de conflitos, como disputas por mulheres, conflitos entre grupos corporados ligados ao crime, parentesco e à religião.

Os estudos acima referenciados denotam o quanto é delicado o processo de inclusão e permanência dos assentados nas áreas disponibilizadas para ocupação dos movimentos sociais rurais. Apesar de poucos os estudos sobre a questão da evasão as análises abordadas neste estudo demonstram a dificuldade de efetivar a permanência desses atores sociais em função das condições objetivas de existência.

Evidencia-se que o fenômeno da evasão não é um caso isolado, mas faz parte das intensas discussões a respeito das condições necessárias para a consolidação do processo

de justiça social voltada para a inserção da população rural no processo de desenvolvimento. Os estudos elencados apontam para a associação entre permanência nos assentamentos, políticas públicas, experiências de vida e trabalho como agricultor (a) antes da ocupação, cultura de exploração da terra que muitas vezes reproduz as relações anteriores de trabalho individualistas, além da própria concepção ideológica que norteia a prática social desses atores sociais assentados.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Caracterização da área de estudo

3.1.1 Caracterização socioeconômica do Assentamento

O processo de formação do Assentamento Patativa do Assaré teve início no ano de 1998, com famílias do distrito de Santa Gertrudes e de Patos – PB. Em 16 de dezembro de 1998, 62 (sessenta e duas) famílias ocuparam a fazenda Jacu e construíram acampamento na subida da ladeira, após o mata-burro, na entrada da fazenda. Passaram 90 (noventa) dias, até que, em março de 1999, sofreram o primeiro despejo¹.

A comitiva policial veio com cerca de 85 (oitenta e cinco) policiais armados e com carros de apoio (caminhões e ambulância) ordenando que desmanchassem os barracos e desocupassem a área. Assim fizeram as famílias e se deslocaram para o distrito de Santa Gertrudes, onde ficaram acampados/abrigados num quarto cedido por um morador do lugar. Esse fato desestimulou aquelas famílias provocando a dissolução do acampamento.

Em 29 de dezembro de 2002 com apoio de algumas lideranças locais (professores universitários, profissionais liberais e estudantes), houve nova mobilização, inclusive com a vinda de novas famílias, pois, das 62 (sessenta e duas) que ocuparam a área pela primeira vez, apenas 04 (quatro) permaneceram. Na ocasião reocuparam a área, fixando acampamento no baixio das mangueiras. O número de famílias foi aumentando com o passar dos dias e o acampamento foi transferido para o alojamento, daí veio o segundo despejo, no dia 05 de março de 2003. Vieram cerca de 100 (cem) policiais e executaram o segundo despejo das famílias. Não houve conflito, no entanto tiveram parte dos seus barracos queimados por um dos funcionários da fazenda.

As famílias não reagiram e com o apoio do pároco local permaneceram por 05 (cinco) dias na Cruz da Menina (parque religioso da cidade de Patos – PB), depois vieram para a ponte do Rio Panatí, dentro da área, mas logo deixaram o local devido a uma forte chuva que alagou o local, fazendo com que todos se deslocassem para o contorno, que faz parte da fazenda. Passados 43 (quarenta e três) dias vieram representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fazer o cadastro das famílias,

¹ Termo adotado pelos agricultores para definir a reintegração de posse.

inicialmente cadastrando 45 (quarenta e cinco) famílias e, numa segunda vez, cadastrando mais 50 (cinquenta). As famílias logo resolveram mudar o acampamento para perto do açude da “Lama”, onde ficaram por 02 (dois) meses, em seguida montaram novos barracos nas proximidades do alojamento, de onde tinham sido expulsas pela última vez.

3.1.2 Origem das famílias

Todas as famílias assentadas são originárias da microrregião de Patos, sendo sua maioria originária do município de Patos e do Distrito de Santa Gertrudes.

Embora a grande maioria não residisse na área, muitas dessas mantinham relações diretas com a referida área nas formas tradicionais de diaristas e meeiros ou exploravam suas terras para o pastoreio do gado.

3.1.3 Créditos

3.1.3.1 Créditos de Instalação/Implantação

Segundo a Instrução Normativa/ INCRA Nº 54 (22/07/2009) no capítulo II Art. 2º, os créditos de instalação consistem no provimento de recursos financeiros, sob forma de concessão de crédito, aos beneficiários da Reforma Agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial a /ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária.

O Crédito Instalação é um importante instrumento na implantação dos projetos de assentamento. Seus valores e modalidades vêm sendo adequados ao longo dos anos de modo a propiciar condições dignas de ocupação, de produção e manutenção das famílias na parcela rural. Onde o mesmo é concedido nas seguintes modalidades: Apoio Inicial, Apoio Mulher, Aquisição de Materiais de Construção, Fomento, Adicional Fomento, Semiárido, Recuperação/Materiais de Construção e Crédito Ambiental (MDA/INCRA, 2013).

Porém, as famílias do Assentamento Patativa do Assaré, criado em 2002, tiveram até 2013, acesso as modalidades de crédito de instalação, liberados pelo INCRA, expressos na TABELA 01.

TABELA 01: Recursos financeiros liberados para as famílias do Assentamento Patativa do Assaré, Patos/PB.

Finalidade do Recurso	Apoio Inicial (Custeio)	Habitação (Construção de casa)	Semiárido	Fomento	Reforma das Habitações
Nº de Famílias Beneficiadas	60	60	60	25	35
Ano de Liberação	2003	2004 – 2007	2006 – 2007	2007	2010-2013
Valor (R\$)/Família	2.400,00	5.000,00	1.000,00	2.400,00	8.000,00
Total (R\$)	144.000,00	300.000,00	90.000,00	55.200,00	280.000,00

FONTE: Depoimento dos assentados

As demais modalidades de crédito ainda não foram acessadas. Porém, já vem sendo construída uma proposta pela Equipe de ATES.

Os valores dos créditos atualizados encontram-se na TABELA 02.

TABELA 02: Crédito de Instalação

Modalidades do Crédito Instalação	Valores (R\$)/ Família
Apoio Inicial	3,2 mil
Apoio Mulher	2,4 mil
Aquisição de Materiais de Construção	25 mil
Fomento	3,2 mil
Adicional do Fomento	3,2 mil
Semiárido	2 mil
Recuperação / Materiais de Construção	Até 8 mil
Reabilitação de Crédito de Produção	Até 6 mil
Crédito Ambiental	2,4 mil

FONTE: MDA/INCRA, 2013

3.1.3.2 Créditos de Investimento

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País (MDA/INCRA, 2013).

Para os beneficiários da reforma agrária há uma linha de crédito específica que é o PRONAF “A”, que em 2007 foi disponibilizado um valor de até R\$ 18.000,00, sendo, R\$ 1.500,00 para assistência técnica privada e R\$16.500,00 de investimento por família. Porém, a assessoria de ATES/INCRA, é oferecida gratuitamente às famílias assentadas.

Então, neste mesmo ano foram acessadas 35 propostas pelas famílias do Assentamento Patativa do Assaré para construção de currais, aquisição de animais, ampliação do suporte forrageiro, insumos e implementos para produção agrícola e animal.

Já em 2012, devido ao longo período de estiagem no semiárido, as famílias beneficiadas pelo PNRA, exceto as que tinham impedimento (SERASA/SPC/CADIN), foram contempladas pelo PRONAF “Estiagem” no valor de até R\$ 12.000,00 por família. A TABELA 03 ilustra os créditos de investimento financiados pelo Banco do Nordeste às famílias do Assentamento Patativa do Assaré.

TABELA 03: Recursos de investimento financeiro liberados para as famílias do Assentamento Patativa do Assaré, Patos/PB.

Modalidades de Crédito	PRONAF “A”	PRONAF “ESTIAGEM”
Nº de Famílias Beneficiadas	35	29
Ano de Liberação	2007-2008	2012-2013
Valor (R\$)/Família	Até 16.500,00	Até 12.000,00
Valor médio (R\$)/Família	10.231,44	11.545,92
Total (R\$)	358.100,00	334.831,94

FONTE: Banco do Nordeste (2013)

3.1.4 Educação

Na área de educação o Assentamento Patativa do Assaré dispõe de uma Escola Municipal do Ensino Fundamental – EMEF. Funciona nos turnos da manhã (com cerca de 16 alunos/as) e tarde (com cerca de 06 alunos/as). Esta escola foi fundada em 1996, sendo construído um prédio novo em 2008 recebendo o nome do Assentamento, ficando assim: Escola Municipal do Ensino Fundamental “Patativa do Assaré. Mantida pela Prefeitura Municipal de Patos, é reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC. A Prefeitura fornece material escolar, merenda e o salário dos educadores. As aulas funcionam nos dois turnos, em turmas multisseriadas, sendo uma turma de alfabetização e 1ª série da 1ª fase do Ensino Fundamental, outra da 2ª à 4ª série também da 1ª fase do Ensino Fundamental.

A educação é um direito fundamental de todas as pessoas. O acesso à educação, no sentido da escolarização ampla, e aos bens e valores culturais, são condições necessárias e imprescindíveis para a Reforma Agrária e para a democratização de nossa sociedade. Dessa forma, o modelo de classe multisseriada está ultrapassado, e sem dúvida, comprometendo o rendimento escolar dos educandos, sendo, portanto, necessários melhores condições de ensino para as crianças e adolescentes.

A cada trimestre acontece o Fórum dos assentados organizado pelo Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES, onde são abordados vários temas, sendo este, um momento de formação para as famílias assentadas. Além disso, a UFCG vem desenvolvendo atividades dentro do Programa de Bolsas de Extensão em parceria com o Assentamento, contribuindo dessa forma no processo de formação dos assentados. Além disso, a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos de Reforma Agrária da Paraíba - COOPTERA promove diversas atividades de formação e capacitação.

Dentro do PNRA existe o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), que ofereceu no período de 2002 até os dias atuais diversos cursos técnicos (Agropecuária, Agroecologia, Enfermagem e Magistério), graduação (Licenciatura em História, Licenciatura em Ciências Agrárias, Agronomia, Pedagogia, Direito, Artes e Agroecologia) e pós-graduação (Especialização e Mestrado em Sociologia Rural e Agroecologia) em parceria com diversas instituições de ensino e pesquisa. As famílias do referido assentamento não tiveram interesse em participar destas oportunidades.

3.1.5 Saúde e saneamento

O Assentamento Patativa do Assaré está localizado na área de abrangência da Unidade de Saúde da Família (USF) “Antonio Urquiza” de Santa Gertrudes através do Programa de Saúde da Família (PSF), conta com uma estrutura de enfermaria, consultórios médico e odontológico, cozinha, recepção, banheiros, almoxarifado, além de duas salas, sendo uma para vacinas e uma para controle de peso e para coleta de exames. A equipe é composta por 01 (um) Médico Clínico Geral; 01 (uma) Enfermeira; 01 (um) Técnico em Enfermagem; 01 (um) Odontólogo; 01 (uma) Auxiliar de Odontologia e 01 (um) Agente de Saúde, este último atende o assentamento com visitas quinzenais de conscientização, prevenção de doenças, pesagem das crianças e distribuição de cloro,

Um dos principais problemas enfrentados pela comunidade assentada é o transporte para a cidade em casos mais sérios de doença que necessite de remoção. Apesar de o Assentamento estar localizado próximo do Distrito de Santa Gertrudes, existem casos de saúde que inspiram um atendimento mais especializado, obrigando as pessoas a se deslocarem até a cidade de Patos, onde se encontra o complexo de saúde da região do sertão. Porém, esse problema foi parcialmente resolvido através da criação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) na sede do município.

As campanhas de vacinação são feitas regularmente. Nos períodos de vacinação uma equipe de saúde se desloca até a sede do Assentamento e/ou alguma a casa de família de referência para fazer aplicação das vacinas tanto nas pessoas (crianças e adultos), como nos animais domésticos (geralmente cachorros e gatos).

Com relação aos dejetos, todas as casas possuem fossas secas. Quanto ao tratamento do lixo, as 60 famílias assentadas (100%) declararam utilizar o lixo orgânico na alimentação animal. Quanto ao lixo inorgânico, 56 famílias (93,33%) declararam que o mesmo é queimado, 02 famílias (3,33%) declararam jogar fora (no terreiro) e 02 famílias (3,33%) não responderam.

A água que as famílias assentadas utilizam para beber é proveniente das cisternas de placas produzidas em parceria com o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e da água da adutora de Coremas/Sabugí. Os mesmos tratam a água apenas com cloro (hipocloreto de sódio) distribuído pelo agente de saúde.

A água para outros consumos domésticos provém de um açude conhecido como Açude dos Paus e de um poço artesiano perfurado pelo INCRA, e que através de projetos de estruturação social foram instaladas bombas hidráulicas, caixas d'águas (02) e rede de distribuição para cada residência.

3.1.6 Cultura e lazer

As principais manifestações culturais que acontecem no Assentamento são ligadas a celebrações religiosas, como Cultos Evangélicos e Missas celebradas na Capela de Santa Gertrudes e na casa sede do Assentamento, sendo realizadas novenas durante todo o mês de maio (mês mariano) onde é rezado o Terço nas casas e celebrações natalinas (no mês de dezembro).

A comunidade costuma se confraternizar em algumas datas comemorativas como: a Festa da Padroeira Santa Gertrudes (realizada de 04 a 14 de novembro), comemorações Juninas (São João e São Pedro), comemoração do Dia da Criança (12 de outubro) e o Natal (em dezembro).

Como prática desportiva existe apenas o futebol amador, praticado num campo de terra batida improvisado no próprio assentamento. Além disto, como lazer existem banhos de açude, jogos de baralho, dama e dominó praticados pela juventude, crianças, mulheres e adultos.

No Assentamento não existe infra-estrutura adequada para realização de atividades culturais e de lazer. Estas atividades, quando acontecem, geralmente são feitas no prédio da escola que, muito raramente é utilizado como espaço para realização de festas e de forró pé-de-serra e apresentação de poetas populares.

3.1.7 Habitação

Foram disponibilizados pelo INCRA, créditos de Instalação na modalidade Aquisição de Materiais de Construção para 60 famílias, no valor de R\$ 5.000 (cinco mil reais) por família. Foram construídas 54 (cinquenta e quatro) casas e reformadas 06 (seis), em forma de agrovila, sendo dividida em duas: a agrovila do cruzeiro (que fica perto da entrada do Assentamento) e a agrovila Maria Pequena (que fica próximo ao açude dos

Paus). No ano de 2012 as famílias assentadas receberam um crédito de R\$ 8.000 (oito mil reais) para reforma das casas, onde 35 (trinta e cinco) foram reformadas e 25 (vinte e cinco) estão em fase de licitações de compra de material e serviços.

3.1.8 Outros programas governamentais e não governamentais.

Atualmente existe uma série de programas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar e reforma agrária. Neste caso, destaca-se o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos. Essa união prioriza fazer com que os assentamentos tornem-se unidades de produção mais estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Os principais programas acessados pelas famílias assentadas são: Bolsa Família, Pró-jovem, Compra de Balcão da CONAB, PRONERA, PAA, PNAE, PCPR, PSF, PIMC, e PLANO SAFRA.

Porém, em alguns programas, nem todas as famílias são atendidas por não atenderem, em alguns momentos, os critérios e condições estabelecidos pelos programas. Tipo: ter filhos menores em idade escolar, por não apresentar excedentes de produção para compra institucional. Além de muitas vezes, a quantidade demandada ser superior a quantidade ofertada pelos programas.

3.2 Metodologia de coleta dos dados

O presente trabalho foi desenvolvido no Assentamento Patativa do Assaré, localizado no Distrito de Santa Gertrudes no sertão paraibano, distante aproximadamente 20 km do da cidade de Patos - PB, sede do *Campus* de Patos/UFCG.

Para condução do trabalho, a comunidade foi dividida em três grupos, sendo o primeiro constituído por famílias que desistiram do assentamento, e que atualmente se encontram nas cidades circunvizinhas; o segundo grupo constituído pelas famílias que permanecem no assentamento e o terceiro, constituído por lideranças do MST.

A escolha da amostra das famílias assentadas combinou-se o método aleatório por sorteio. Foram entrevistadas 15 das 60 famílias assentadas. Para coleta dos dados foi aplicado um questionário semiestruturado com 12 perguntas em que foram abordados temas relacionados com os principais motivos que influenciaram a decisão de entrar para o assentamento, tipos de créditos acessados, a origem da família, se pudesse voltar para cidade voltaria e quanto tempo esta no assentamento. Durante as entrevistas os dados eram preenchidos pela equipe e, após a coleta, os dados foram tabulados e expressos em gráficos. A aplicação dos questionários no Assentamento foi facilitada em virtude da relação de confiança já estabelecida entre os assentados e a equipe executora do trabalho, uma vez que a mesma desenvolve atividades no assentamento a quase cinco anos. Portanto as famílias se sentiram à vontade para responder as perguntas.

As famílias que saíram do assentamento foram identificadas pelas lideranças do MST. Das nove famílias evadidas só foi possível aplicar quatro questionários com 12 perguntas. Dentre todas, uma não quis ser entrevistada, outra a equipe foi orientada a não procurar, uma vez que a mesma era envolvida com drogas, e três famílias não foram encontradas. As famílias que deixaram o assentamento, quando procuradas pela equipe apresentaram certa desconfiança, porém ao longo da conversa/trabalho foram se sentindo à vontade para expressarem suas ideias sem temor de que fossem em algum instante questionadas sobre veracidade ou qualquer outro meio de intimidação dos fatos ali descritos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Razões dos assentados terem deixado o assentamento

Do total de questionários aplicados aos participantes da pesquisa verificou-se que quarenta por cento das famílias afirmaram que saíram do assentamento devido a problemas de saúde na família, assim como 40 % atribuíram sua saída aos conflitos internos diretos com as lideranças do assentamento e 20 % disseram que os motivos referiam-se aos conflitos internos indiretos, isto é, devido aos conflitos de parentes com as lideranças do MST. Essas justificativas também foram encontradas no estudo sobre evasão realizado por Vera et al. (2002) no qual a evasão de assentados decorre, principalmente por motivo de conjuntura familiar e agravamento do estado de saúde.

Já para Mello (2006) as diferenças de postura com relação à posse ou à propriedade de terra são frequentes e, em torno delas, muitas, vezes, se desenvolvem conflitos, seja entre membros da comunidade ou com a própria organização do MST.

Quando perguntados sobre quanto tempo ficaram no assentamento 75% das famílias responderam que ficaram entre 2 a 4 anos e 25% ficaram entre 4 a 6 anos.

Atualmente 75% das famílias que saíram do assentamento são pequenos comerciantes. Uma trabalha vendendo doces caseiros, outra comercializa sapatos e a última tem uma pequena sorveteria. Outros 25% das famílias entrevistadas que deixaram o assentamento vivem da aposentadoria dos parentes idosos que residem com a família.

De acordo com 75% das famílias entrevistadas afirmaram que se sentem melhor atualmente fora do assentamento. Isto porque tem mais conforto, trabalham em casa e não precisam ir para o sol plantar, lavar roupa na pedra e nem carregar lenha nas costas. Outra se sente melhor porque não tem ninguém pra xingá-la nem faltar com respeito. A última família entrevistada o marido respondeu que sua vida sempre foi boa, ao contrário da esposa que disse que a vida tá melhor agora porque não esta sendo humilhada.

Neste caso em especial verifica-se que há um problema de relacionamento de um membro familiar com algum morador do assentamento, não ficando demonstrado qualquer relação com políticas públicas de acesso a crédito, escola, saúde, renda familiar, entre outros comumente citados como motivadores da evasão.

Porém, 25% afirmaram que a vida estaria melhor se estivesse no assentamento, pois lá criava patos, perus, porcos e trabalhavam na roça. Nota-se que há entre essas famílias arrependimento de terem saído e esse arrependimento está ligado necessariamente às melhores condições de vida que lá tinham, pois não deixaram nenhum parente na área o que de certa forma descarta o elo afetivo que porventura existiria entre os familiares.

Também ficou constatado que as famílias que saíram do assentamento mantêm laços de amizade com as famílias atualmente assentadas, demonstrando que foi pontual o desentendimento ocorrido entre algumas pessoas. Esse aspecto é importante pois com base no que foi respondido, prevalecem relações de amizade e de respeito entre os componentes desse grupo de assentados, embora excepcionalmente tenha ocorrido algum desentendimento.

Com relação ao acesso aos créditos 60% das famílias evadidas disseram ter recebido o Crédito Fomento, 20% tiveram acesso ao PRONAF e 20% não tiveram acesso a créditos (estas foram assentadas mais recentemente motivo pelo qual não receberam tais benefícios).

Todas as famílias entrevistadas afirmaram ter participado de vários processos de ocupação para formação do assentamento, como fechamento de BRs, ocupação de terras, de prédios públicos, bem como de marchas de alerta aos gestores para melhor aplicarem os recursos públicos ou que esta aplicação seja feita de forma transparente.

Outro aspecto a ser destacado é que 100% das famílias disseram ser de origem rural. Esse dado contraria objetivamente o discurso de certos setores sociais e parte da imprensa que afirmam serem muitos integrantes dos movimentos sociais fora do contexto agrário e, portanto, não merecedores de lotes de terra. No caso do assentamento em apreço essa acusação é totalmente improcedente considerando que todos que lutaram por terra tinham origem rural.

As famílias que deixaram o assentamento afirmaram que se tivessem oportunidade, retornariam. Essa declaração é bastante esclarecedora pois deixa explícito que apesar das situações conflituosas ocorridas no período em que viveu no assentamento, gostariam de lá residir revelando mais aspectos positivos que negativos.

Com relação à renda antes e depois do assentamento as famílias não souberam estimar a renda familiar anterior e posterior à ocupação. No entanto, de acordo com as informações fornecidas pelos entrevistados, percebeu-se que as famílias, quando moravam

no assentamento tinham uma qualidade de vida melhor, uma vez que tinham casa, terra para cultivar, criavam bovinos, caprinos, aves e recebiam a bolsa família.

Quando interrogados sobre o principal causador de dificuldades no assentamento, afirmaram terem sido as lideranças do assentamento. Segundo eles, as lideranças os impediam de desenvolver suas atividades como desejavam, e sentiam que não eram donos dos seus próprios lotes. Mas, o ponto negativo dessas intervenções é que não havia um diálogo constante com as famílias, ocorrendo um desgaste muito forte na relação dentro do assentamento.

Esse distanciamento possivelmente promoveu, em diversas situações com as famílias, um sentimento de que as mesmas se sentiam subordinadas aos desejos das lideranças e não como parte integrante daquele assentamento. Então essa falta de diálogo, de participação nas reuniões, consenso político, de sensibilidade por parte dos líderes foram os motivos, segundo os entrevistados, que ocasionaram a saída dessas famílias do assentamento.

Do mesmo modo, duas famílias precisaram deixar o assentamento e ir para cidade para tratamento de saúde de parentes e as lideranças do assentamento entenderam que foi abandono de lote.

Dois famílias alegaram que não tiveram problemas no assentamento, saíram em função do pai que foi expulso do assentamento devido aos conflitos internos com as lideranças do MST.

A falta de conhecimento sobre o manejo adequado da terra dentro de um enfoque agroecológico e o não conhecimento da legislação ambiental, durante o processo de conquista da terra, contribui para o surgimento ou agravamento de conflitos dentro do assentamento, quando se destaca a intervenção dos militantes. Verifica-se nesse aspecto a existência de princípios e objetivos diferentes quanto ao acesso e manejo da propriedade o que motiva a existência de conflitos internos.

A não comunicação entre as famílias assentadas e as lideranças sobre a necessidade de se ausentarem para tratamento de saúde de parentes, resultou na saída de algumas dessas famílias. No entanto, todas as famílias entrevistadas manifestaram desejo de voltar para o assentamento, pois, sentem falta da luta, dos encontros dos assentados, das marchas, das criações, e segundo elas lá poderiam educar melhor os filhos.

4.2 Razões dos assentados em permanecer nos lotes

Os resultados dos questionários aplicados apontam que 22% das famílias assentadas entrevistadas atribuíram a melhor qualidade de vida proporcionada pelo assentamento como sendo o principal motivo de sua entrada; outros 22% afirmaram que entraram no assentamento porque tinham sido moradores da antiga fazenda e já conheciam a terra; 14% disseram que vieram para o assentamento devido sua origem rural e; 14% afirmaram que vieram para não ter que pagar aluguel na cidade; bem como 14% responderam que vieram para ficar mais próximas dos familiares; 7% disseram que entraram para o assentamento porque tinham a oportunidade de trabalhar por conta própria, sem patrão; 7% afirmaram que entraram porque sabiam que o assentamento lhe proporcionariam a oportunidade de criar e plantar.

Com relação ao tempo de permanência no assentamento 87% afirmaram que estão entre 8 a 10 anos. Não se obteve resposta de 7% das famílias entrevistadas e 6% disseram que estão no assentamento entre 0 a 4 anos.

Considerando que a diversidade de produção é grande não se tem como estabelecer a produtividade das famílias entrevistadas no assentamento. Porém, destaca-se a criação de bovinos, caprinos/ovinos e galinhas como sendo atividades praticadas por quase todas as famílias, além da plantação de milho, feijão, jerimum e batata.

Embora quantitativamente não seja possível estabelecer com exatidão a renda antes e atual das famílias assentadas, foi possível estimar uma melhor qualidade de vida atual, tendo em vista a diversidade de bens materiais adquiridos dentro do assentamento, como casa, moto e animais.

Todas as famílias afirmaram que tem uma vida melhor depois que vieram para o assentamento, pois tem casa para morar, terra para plantar, trabalha para si, e não precisa se humilhar pedindo um pedaço de terra para plantar, e sobretudo adquiriram conhecimentos e, conseqüentemente acesso as políticas públicas e aos programas sociais.

Todos afirmaram ter uma boa relação de amizade com as pessoas do assentamento, no entanto destacaram que, quando estavam no acampamento as pessoas eram mais unidas. Houve momentos que chegaram a dividir uma garrafa de café, um pouco de açúcar. Hoje é cada um em seu lote.

De acordo com o questionário aplicado 30% das famílias entrevistadas tiveram acesso ao PRONAF, 32% ao Crédito Habitação para construção das casas, 17% ao Fomento, 13% ao Crédito Semiárido, 5% ao crédito para Reforma das casas e 3% não tiveram acesso ao crédito.

Observou-se que o sentimento entre as famílias que permaneceram no assentamento, sobre as lideranças, era amigável. As famílias se sentiam a vontade para comentar que existiam dificuldades dentro do assentamento, mas reconheciam que as famílias também precisavam estar mais ativas nas decisões quanto ao assentamento, o que não acontecia.

Assim, percebeu-se que ocorriam intervenções por parte das lideranças, porém se buscava alguma melhoria no lote e nas vidas das famílias, e o sentimento era mais de gratidão do que de invasão. Para a maioria das famílias, as lideranças ficavam praticamente sós para resolverem as questões referentes ao assentamento.

Dentro do assentamento ainda existe a falta de diálogo devido a ausência de muitas famílias nas reuniões e espaços de discussão, o que era relatado por elas mesmas, mas não se sentiam excluídas e nem subordinadas, apenas reconheciam que em alguns momentos não puderam ir e que as outras famílias e lideranças presentes nestes espaços poderiam decidir sem sua presença.

Apesar das dificuldades que enfrentam desde 2002 quando ocuparam a terra, os assentados que permanecem na terra afirmaram que estão satisfeitos porque podem trabalhar por conta própria e, sobretudo, podem deixar uma herança para seus filhos.

4.3 Razões dos assentados terem deixado ou permanecido no assentamento segundo o olhar da liderança do MST

Quando questionado sobre os fatores que contribuem para a saída de famílias do Assentamento, ele respondeu:

- As famílias não tinham o hábito de participar de reuniões e muito menos aceitar as deliberações da assembleia. Porque são famílias que vieram da periferia da cidade. Nasceram e cresceram com a cultura de ter um chefe, um patrão e não ter um coletivo tomando as decisões. Este é o principal fator que leva as famílias evadirem do assentamento. Outro fator é a ilusão que muitos têm de chegar hoje no assentamento e amanhã já pegar crédito. E não é bem assim. Os programas de créditos demoram para chegar nos assentados. Isso é uma

deficiência do governo federal na execução da reforma agrária como um todo problema. Desde a desapropriação da terra aos créditos básicos de apoio inicial, onde o PDA leva no mínimo três anos pra sair. Imagine você ficar em uma área três anos sem poder investir? Outra coisa é a legislação ambiental as famílias tem até uma certa noção, porém vão de encontro com a coordenação e com as lideranças do assentamento. Porque como não tem o PDA elaborado e não demarcação da área querem destruir toda área e quem paga o custo é a associação. Portanto a intervenção muitas vezes é necessária. Mesmo assim tem famílias que respeitam as definições.

Os órgãos ambientais para reforma agrária são lentos para liberarem as licenças ambientais, porém é muito ágil na hora de multar. Da parte do MST o que poderia ser repassado em relação à formação e informação foi passado. O problema é que as famílias não gostam de participar de ações coletivas e isso pode comprometer o assentamento futuro desenvolvimento. A reforma agrária é uma disputa ideológica externa e interna. Externo porque a política pra o programa de reforma agrária é muito lenta. Interno porque as famílias não tem perfil com a agricultura familiar, com o convívio comunitário e decisões coletivas. Alguns conflitos que deveriam ser com os órgãos governamentais passam a ser com o movimento que está mais próximo dele. Este problema está diretamente associado ao êxodo rural promovido pelo modelo econômico da década de 1970.

Ao ser perguntado sobre os principais fatores que contribuem para a permanência de famílias no assentamento, ele respondeu:

- As famílias ficam por causa da dignidade de vida que o assentamento oferece. Acesso à educação, saúde, alimento para si e para as demais pessoas. Não gera riqueza e sim dignidade. Porque quando se cria um assentamento vem junto com ele a geração de emprego e renda para as famílias e para técnicos de ATES. A criação do Assentamento Patativa trouxe o desenvolvimento social e econômico para o Distrito de Santa Gertrudes.

O processo de organicidade (direção coletiva, divisão de tarefas, planejamento, estudo, crítica e autocrítica, disciplina consciente e vínculo com a base) exposto pelas lideranças do MST não agradou a todos. Ao longo do tempo, naturalmente, ocorreram diversos fatores no processo de evasão e rotatividade das famílias. Dentre eles, destacam-se:

- 1) Falta da cultura da organização coletiva (cultura do individualismo);
- 2) Falta de percepção do processo de desenvolvimento do assentamento;
- 3) A lentidão do PNRA, investimentos para instalação;

- 4) Legislação Ambiental: morosidade na liberação das licenças ambientais para utilização da área;
- 5) Disputa ideológica sobre o desenvolvimento da reforma agrária.

Apesar das dificuldades que algumas famílias tem de adaptar-se às normas estabelecidas para o assentamento, a maioria aceita as orientações dos militantes do MST, uma vez que para muitos o assentamento é uma oportunidade para alcançar os seguintes objetivos:

1. Libertação do patrão;
2. Busca da dignidade,
3. Cidadania;
4. Realização pessoal e resistência;
5. Para alcançar a reforma agrária plena, com educação, saúde e moradia.

5 CONCLUSÃO

Os resultados das entrevistas mostraram outros olhares em torno do tema, sendo a reforma agrária o resultado de um processo de lutas e organicidade. Nesse sentido, um dos papéis das lideranças é orientar as famílias a trabalhar a coletividade e a cooperação, priorizando a produção de alimentos saudáveis, garantindo o princípio da soberania alimentar, com o objetivo de buscar a sustentabilidade do assentamento.

No entanto algumas famílias acabam não aceitando os critérios de convivência no assentamento e vão de encontro com as lideranças, situação que enfraquece a relação.

Associado a isso, existe a limitação própria do governo federal na execução do PNRA através da lentidão nos processos de liberação de recursos para reforma agrária, fazendo com que as famílias entrem em confronto direto com as lideranças que estão mais próximas deles em seu cotidiano, ao contrário do governo.

O percentual de evasão encontrados no Assentamento Patativa do Assaré (15%) pode ser considerado baixo, quando comparado com as médias percentuais de evasão em assentamentos nos Estados do Rio Grande do Sul (22%) e Tocantins (70%).

Apesar das dificuldades existentes os assentados entrevistados não desejam abandonar a terra que receberam da reforma agrária, assim como as famílias que saíram do assentamento manifestaram desejo de voltar para o mesmo ou para outro assentamento, afirmando a importância e necessidade do acesso à terra.

Pode-se afirmar que é necessário construir coletivamente um projeto popular de reforma agrária que reformule o conceito de desenvolvimento, que assegure a soberania frente às políticas neoliberais, que assumam os conjuntos das dimensões emancipatórias enfrentando os diversos gargalos gerados pelo modelo exploratório.

REFERÊNCIAS

BENINCÁ, M. C.; OLIVEIRA, R. M.; LEAL, C. R. A.; RIBEIRO, D. D. A relação campo/cidade associada à evasão de jovens rurais de assentamentos do sudoeste de Goiás. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Uberlândia/MG, 2012.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRUNO, R.; MEDEIROS, L.S. **Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais**. Brasília: INCRA/FAO, 2001. 40 p. (Projeto de Cooperação Técnica Inkra/FAO).

FERNANDES, B. M. **O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tomo I. Trad. TIJIWA, Angela Maria Naoko. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

MARQUES, Antonio C. H. et al. **Análise da evasão nos assentamentos rurais na região de Araçatuba – SP**. X Congresso mundial de sociologia rural. Rio de Janeiro, 2000.

MELLO, P.F. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2006. 228 f. Dissertação (Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000563956&loc=2006&l=7e891c517c6550fc>>. Acesso em: 14 mai. 2013.

MELLO, P.F. **Coesão social e evasão em assentamentos rurais no extremo-sul do Brasil**. Caderno CRG, Salvador, v. 21, n.54, set/dez. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Relação de projetos de reforma agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/31-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Crédito Instalação/ IN 54/2009**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/images/phocadownload/reforma_agraria/projetos_e_programas/c

[redito instalacao/in 54 2009 implement prog credito instalacao.pdf](#)>. Acesso em 05 ago. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Crédito Instalação**. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/credito-instalacao>>. Acesso em : 05 ago. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF. **Programas de crédito rural**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Latifúndio: o pecado agrário brasileiro**. Caderno de Formação nº 33, Peres, São Paulo, 2. ed., 2003.

OLIVEIRA, M.L.R. **Retratos de assentamentos**: um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal. 2007. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.

RIBEIRO, M. M. CABRAL; FERREIRA NETO, J. A.; DIAS, M. M.; FIÚZA, A. L. C. Análise das causas da evasão em assentamentos de reforma agrária no Estado do Tocantins. **Revista Extensão Rural**, UFMG, Jul- Dez de 2011.

ROCHA, J. G. Análise de degradação ambiental no assentamento rural de Santa Helena/PB com o auxílio de técnicas e ferramentas de sensoriamento remoto e geoprocessamento. In: **IV Encontro Nacional da Anppas**. Brasília, 2008.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume: FAmPESP, 1998.

ROMEIRO, A. et al. (Orgs.) **Reforma agrária: produção, emprego e renda**. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária: 1946-2003**. 2. ed. nov. 2005.

SAUER, S.; PEREIRA, J.M.M. **A reforma agrária de mercado do Banco Mundial no Brasil**. Revista Proposta, ano 30, n. 107, 2006.

VERA, A. C.. SANTO, C.R.S. MARQUES, A.C.H. **Indicadores Sócio-Econômicos das Famílias Desistentes em Projetos de Assentamentos Rurais na Região Noroeste do Estado de SP**. Porto Alegre: UFRGS, VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002.

ZINGA, M.R.M. Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ. 2004. 120 f. Tese (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos de Goytacazes, RJ.

ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL
NÚCLEO DE EXTENSÃO E PESQUISA EM AGROECOLOGIA

Questionário sobre evasão

- 1) Quais os motivos que levaram o/a Sr.(a.) a sair do Assentamento?
- 2) Quanto tempo ficou no Assentamento?
- 3) O que está fazendo atualmente?
- 4) Qual a renda antes?
- 5) Qual a renda atual?
- 6) Está melhor ou pior do que no Assentamento? Porque?
- 7) Ficou algum parente em seu lugar?
- 8) Mantém amizade com pessoas do Assentamento?
- 9) Teve algum tipo crédito no Assentamento?
- 10) Participou da ocupação para formação do Assentamento?
- 11) Qual sua origem? Rural () Urbana ()
- 12) Durante o tempo no Assentamento, participou de alguma mobilização? NÃO()
SIM() Se SIM, qual? Ocupação () - Marcha () - Fechamento de BR's () -
Outro ()

ANEXO 2**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL
NÚCLEO DE EXTENSÃO E PESQUISA EM AGROECOLOGIA****Questionário sobre permanência**

1. Quais os motivos que levaram o/a Sr.(a.) a entrar no Assentamento?
2. Quanto tempo está no Assentamento?
3. Trabalha produzindo o que hoje no assentamento?
4. Qual a renda antes do assentamento?
5. Qual a renda atual?
6. Hoje está melhor ou pior do que antes do assentamento? Por quê?
7. Quantos parentes vieram com o senhor (a) para o assentamento?
8. Como é a relação de amizade com as pessoas do assentamento?
9. Teve algum tipo crédito no Assentamento?
10. Participou da ocupação para formação do Assentamento?
11. Qual sua origem? Rural () Urbana ()
12. Durante a sua vivencia no Assentamento, participou de alguma mobilização?
NÃO() SIM(), se SIM, qual? Ocupação () - Marcha () - Fechamento de BR's
() - Outro ()

ANEXO 3

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL
NÚCLEO DE EXTENSÃO E PESQUISA EM AGROECOLOGIA

Questionário sobre evasão/permanência dos assentamentos segundo o olhar da liderança do MST

- 1) Quais os fatores que contribuem para a saída de famílias do Assentamento?
- 2) Quais os fatores que contribuem para a permanência das famílias no Assentamentos?